

humanitas

Vol. XXIX-XXX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

SEGISMUNDO SPINA, **Introdução à e<c>dótica. (Crítica textual)**, Editora Cultrix, São Paulo, 1977, pp. 153.

Para evitar qualquer erro da parte do leitor, desde a origem, emendámos o título do livro. Spina escreveu sempre — e ao que parece por preferência pensada — *Edótica*. É pena que nem no prefácio nem ao longo do trabalho tenha explicado a origem etimológica e o significado literal do vocábulo. Trata-se de uma palavra de origem grega, formada sobre o radical *δο-* (e com o preverbo *ἐκ*), tal como se encontra em *δίδομι* — «produzir para o exterior». Para o substantivo *ἐκδοσις* fornece A. Bailly os significados: «acção de produzir para o exterior, publicação de um livro, edição de um autor, interpretação ou explicação de um texto». O adjetivo substantivado *ecdótica* aplica-se, portanto, à edição de livros, tendo adquirido a significação restrita de Crítica Textual, cujo objectivo é, na sua essência, apurar um texto escrito até à sua forma genuína. A estes elementos etimológicos será bom juntar, como introdução, as informações fornecidas nas pp. 72-73 (nota 2), onde se vê que o nome de ecdótica já se encontra em S. Reinach (1879) e depois foi adoptado, a partir de Dom Henri Quentin (1926), por alguns filólogos, tendo entrado no Brasil em 1948, pela mão de Silveira Bueno.

S. Spina dá-nos neste opúsculo a matéria documentada e ilustrada de cursos que regeu, na Universidade de S. Paulo, nos anos de 1972 a 1975. É modéstia chamar estes capítulos de «apontamentos», embora, na parte inicial, se ressentam da preocupação esquemática.

A Primeira Parte é classificada de *Introdução*. Nela, após breves noções do que é a paleografia, a epigrafia, a diplomática e a ecdótica (pp. 17-22) se demora um pouco mais sobre a nova técnica da Codicologia (22-33). Foi certamente só para ser útil aos seus alunos (e leitores) que S. Spina acrescentou aqui alguns apontamentos paleográficos (33-49) e diplomáticos (49-57), uns e outros ilustrados com gravuras de documentos e listas de abreviaturas. Não admira que esta parte tenha imprecisões, como as que lhe aponta a dr.^a Maria José de Azevedo Santos na *Rev. Port. de Hist.*, vol. XVII (1977) pp. 395-399.

A Segunda Parte é a essência da obra, a Ecdótica. Temos, em primeiro lugar, uma breve história da crítica textual desde os alexandrinos até aos nossos dias (59-73) e depois considerações várias sobre o texto (74-81), onde encontramos noções fundamentais como as diversas formas de edição: mecânica (fotográfica ou fac-similada, anastática, etc.), diplomática, diplomático-interpretativa e crítica. Podemos apreciar também a ilustração de cada um destes tipos (82-85).

A partir da p. 79 entra-se a fundo no estudo e orientação da *edição crítica*, com normas e ideias muito precisas sobre as suas fases fundamentais: a *recensio* ou pesquisa da transmissão do texto (88-94); a *estemática*, a que nós preferimos chamar «genealogia dos códices», com muitos exemplos de «estemas» e sua interpretação (é pena que em nenhum dos casos se apresente um gráfico com a disposição dos códices de modo a indicar não só a sua procedência genealógica, mas também a sua origem no tempo, conforme ensina, por exemplo, B. A. van Groningen, *Traité d'Histoire et de Critique des Textes Grecs*, p. 108); e a *emendatio* (108-129), com

indicação dos processos a seguir e ilustrada com muitos exemplos originais, tirados alguns de edições críticas de obras da Literatura Portuguesa medieval e outros de autores espanhóis e latinos.

Finalmente trata da apresentação do texto (129-146), dando normas sobre a introdução, o texto em si, o aparato crítico e o comentário.

A nossa opinião sobre quanto se resume, em ordem à organização de uma edição crítica, é francamente positiva. Felicitamos o Prof. Spina pelos cursos que deu. Permitimo-nos, no entanto, algumas observações de pormenor.

Insiste-se em que a edição crítica visa alcançar um texto tão fiel que corresponda à *última vontade* do autor (pp. 80, 107). Entendemos que devia dizer-se «à vontade do autor no momento em que escreveu». Julgamos muito perigoso que se emende partindo do princípio de que, se o autor soubesse que laborava em erro, não escreveria assim. É por isso que apreciamos a modéstia de D. Francisco Manuel de Melo que convida os seus leitores a emendar as palavras e a retocar as frases (cf. p. 107), mas não podemos admitir que o editor crítico tome a liberdade de escrever o que o autor deveria ter escrito como sua «última vontade» (a não ser que se trate de lapso do próprio autor, sobretudo de origem automática).

Está bem explicado o princípio da *lectio difficilior*. É equívoco, porém, escrever: «O crítico deve preferir as lições menos claras!» (p. 114). Nós entendemos que o crítico deve ser prevenido de que nunca se pode admitir o absurdo, o ininteligível e o disparatado, como tantas vezes resulta o texto após os maus tratos e distrações de copistas e tipógrafos.

Quanto ao problema de saber se a emenda da pontuação é ou não uma conjectura crítica (cf. p. 116), entendemos que se deve distinguir: a mudança de pontuação que altera e reconstitui o genuíno sentido do texto, é conjectura; a que apenas facilita a compreensão e melhora (ou moderniza) a apresentação gráfica, não deve ser considerada conjectura.

Fala-se com muita segurança de «manuscrito de base» (p. 92 e 130). É preciso acentuar que todos os manuscritos têm erros. A nossa confiança num manuscrito não pode ser absoluta. Há manuscritos melhores e piores. Nós recomendamos antes que o texto se apoie no melhor arquétipo ou subarquétipo (termo este adoptado com propriedade), não esquecendo que também o melhor arquétipo já pode conter erros. Como muito bem se observa, a *emendatio* requer preparação especializada e também intuição crítica e metódica. Tão perigoso é o imobilismo e o respeito excessivo por um manuscrito como a fantasia de querer emendar tudo o que nos desagrada ou levanta dificuldades.

Há uma «gralha» que altera perigosamente o sentido. Diz-se que a Escola de Antioquia preferia a «interpretação liberal» (p. 143). Ora a interpretação alérgica opõe-se à *literal*!

A Bibliografia apresentada por S. Spina (pp. 149-152) menciona os livros fundamentais para o estudo da crítica textual. Gostaríamos, porém, de ver incluídas as seguintes obras:

Geschichte der Textüberlieferung der antike und mittelalterlichen Literatur, Atlantis Verlag, Zürich, 1961, 2 volumes, onde cada uma das literaturas é estudada por um especialista. No II vol. trata o Prof. Arndt Steiger da *Überlieferungsgeschichte der spanischen Literatur des Mittelalters*, pp. 539-597. Portugal não é contemplado.

B. A. van Groningen, *Traité d'Histoire et de Critique des Textes Grecs*, Noord-Hollandsche Uitgevers, Amsterdam, 1963.

Roger Laufer, *Introduction à la textologie. (Vérification, établissement, édition des textes)*, Librairie Larousse, Paris, 1972.

Jacques Froger, *La critique des textes et son automatisation*, Lib. Dunod, Paris, 1968. Id., *La critique des textes et l'ordinateur* in «Vigiliae Christianae» 24 (1970) 210-217.

No que respeita à Literatura Portuguesa e edições críticas em Portugal pouco adianta S. Spina, para além da rápida menção do *Livro da Corte Enperial*, estudado por J. M. da Cruz Pontes (p. 118), do *Orto do Esposo*, dos *Cancioneiros da Vaticana* e *Colocci-Brancuti*, do *Boosco deleitoso*, do *Leal Conselheiro* e do *Livro da Enseñança de ben cavalgar toda sela*. Juntamos a indicação de algumas edições críticas dos últimos tempos:

Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega, Opera Omnia, por Serafim Leite, Coimbra, 1955;

Maria Adelaide Valle Cintra, *Livro de Solilóquios de Santo Agostinho*, ed. crítica e glossário, Lisboa, 1957;

Frei João Álvares, *Obras*, por Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1960.

Obra Completa de Cesário Verde, por Joel Serrão, Liv. Portugalía, Lisboa, 1964;

Fernão Lopes, Crónica de D. Pedro. Edizione critica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi, Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1966.

Eça de Queirós, A cidade e as serras, por Helena Cidade Moura, Lisboa, 1973.

Além dos processos de transcrição de Lindley Cintra, citados na bibliografia, temos hoje, da autoria do Prof. P. Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, Braga, 1977 (publicadas nas Actas do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses).

JOSÉ GERALDES FREIRE

MARIA DOLORES DE ASIS, Hernan Nuñez en la historia de los estudios clásicos, Madrid, 1977, 263 pp.

Destina-se esta obra a integrar, em perspectivas mais amplas, o estudo em tempos realizado pela autora na sua tese de doutoramento, sobre a actividade filológica de Hernan Nuñez de Toledo y Gusmán.

Entre outros méritos, o livro realça de forma muito clara o contributo que o «Comendador grego» trouxe para a consolidação do humanismo espanhol. Relacionado na sua juventude com alguns dos homens de letras mais eminentes da Península, como Aires Barbosa e António Nebrija, seu mestre, cedo adquiriu reputação, não apenas pelo seu saber, como também pelo espírito de independência e de liberdade de crítica, que pôs à prova tanto nas suas atitudes, como nos seus escritos — aliás dentro da melhor tradição do humanismo.